



**Centro de Bem Estar Social
de Reguengo**

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	19
5. Activos Fixos Tangíveis	19
6. Activos Intangíveis	21
7. Locações	22
8. Custos de Empréstimos Obtidos	23
9. Inventários	23
10. Rédito	24
11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	24
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo	25
13. Benefícios dos empregados	25
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	26
15. Outras Informações	26
15.1. Investimentos Financeiros	26
15.2. Clientes e Utentes	27
15.3. Outras contas a receber	27
15.4. Diferimentos	28
15.5. Caixa e Depósitos Bancários	28
15.6. Fundos Patrimoniais	28
15.7. Fornecedores	29
15.8. Estado e Outros Entes Públicos	29
15.9. Outras Contas a Pagar	29
15.10. Subsídios, doações e legados à exploração	30
15.11. Fornecimentos e serviços externos	30

15.12. Outros rendimentos e ganhos	31
15.13. Outros gastos e perdas	31
15.14. Resultados Financeiros	31
15.15. Acontecimentos após data de Balanço	32

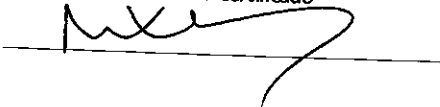
Balanco

RUBRICAS		Notas	Datas	
ACTIVO			31-12-2017	31-12-2016
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis		5	510.716,98	477.803,71
Bens do património histórico e cultural				
Investimentos em Curso		5	4.305,00	4.305,00
Activos intangíveis				
Investimentos financeiros		15.1	78,28	36.000,00
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros				
Subtotal			515.100,26	518.108,71
Activo corrente				
Inventários				
Clientes				
Adiantamentos a fornecedores				
Estado e outros Entes Públicos		15.8		213,94
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros				
Outras contas a receber		15.3	837,00	8.576,50
Diferimentos		15.4	640,02	
Outros activos financeiros				
Caixa e depósitos bancários		15.5	26.382,15	10.257,44
Subtotal			27.859,17	19.047,88
Total do activo			542.959,43	537.156,59
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos		15.6	5.000,00	5.000,00
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados		15.6	82.807,59	69.578,60
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais		15.6	434.258,48	436.886,77
Resultado Líquido do período			-8.912,37	13.228,99
Total do fundo do capital			513.153,70	524.694,36
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões				
Provisões específicas				
Financiamentos obtidos		8	7.065,18	
Outras contas a pagar				
Subtotal			7.065,18	0,00
Passivo corrente				
Fornecedores		15.7	2.275,25	0,01
Adiantamentos de clientes				
Estado e outros Entes Públicos		15.8	1.664,68	1.447,80
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros				
Financiamentos obtidos		15.4	70,00	
Diferimentos		15.9	18.730,62	11.014,42
Outras contas a pagar				
Outros passivos financeiros				
Subtotal			22.740,55	12.462,23
Total do passivo			29.805,73	12.462,23
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			542.959,43	537.156,59

Reguengo, 28 de Março 2018

Reguengo, 28 de Março 2018

O Contabilista Certificado



O PRESIDENTE



Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	10	92.179,45	67.609,85
Subsídios, doações e legados à exploração	12/15.10	70.378,65	68.025,83
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-4.142,62	-37.128,12
Fornecimentos e serviços externos	15.11	-69.363,28	-19.041,68
Gastos com o pessoal	13	-85.848,08	-72.279,80
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	15.12	8.210,87	10.024,24
Outros gastos e perdas	15.12	-12.457,47	-162,81
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.042,48	17.047,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-7.588,40	-3.855,11
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-8.630,88	13.192,40
Juros e rendimentos similares obtidos	15.14	33,54	37,22
Juros e gastos similares suportados	15.14	-315,03	-0,63
Resultados antes de impostos		-8.912,37	13.228,99
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-8.912,37	13.228,99

Reguengo, 28 de Março 2018

O Contabilista Certificado



O PRESIDENTE



Demonstração dos Resultados por Funções

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Ap. Domicil.	C.Dia	Total
Vendas e serviços prestados		47.727,37	44.452,08	92.179,45
Subsídios, doações e legados à exploração		59.115,82	11.262,83	70.378,65
- ISS, IP - Centros Distritais		55.110,08	9.105,90	64.215,98
- Outros		4.005,74	2.156,93	6.162,67
Variação nos Inventários da Produção				0,00
Trabalhos Para a Própria Entidade		-2.692,70	-1.449,92	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas		-45.086,13	-24.277,15	-4.142,62
Fornecimentos e Serviços Externos		-55.801,25	-30.046,83	-69.363,28
Gastos Com Pessoal				-85.848,08
Ajustamentos de Inventários (Perdas/Reversões)				0,00
Imparidades de Dividas a Receber (Perdas/reversões)				0,00
Provisões (Aumentos/Reduções)				0,00
Provisões Específicas (aumentos/Reduções)				0,00
Outras Imparidades (Perdas/Reversões)				0,00
Aumentos/reduções de Justo Valor				0,00
Outros Rendimentos e Ganhos		5.337,07	2.873,80	8.210,87
Outros Gastos e Perdas		-8.097,36	-4.360,11	-12.457,47
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		502,82	-1.545,30	-1.042,48
Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização		-4.932,46	-2.655,94	-7.588,40
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-4.429,64	-4.201,24	-8.630,88
Juros e rendimentos Similares obtidos		21,80	11,74	33,54
Juros e Gastos Similares Suportados		-204,77	-110,26	-315,03
Resultados antes de impostos		-4.612,61	-4.299,76	-8.912,37
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		-4.612,61	-4.299,76	-8.912,37

Reguengo, 28 de Março 2018

O Contabilista Certificado

O PRESIDENTE

Demonstração dos Fluxos de Caixa

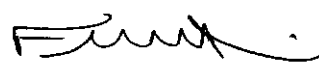
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		92.179,45	67.609,85
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		61.962,68	22.169,48
Pagamentos ao pessoal		83.680,38	48.750,17
Caixa gerada pelas operações		-53.463,61	-3.309,80
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-2.680,28	2.338,44
Outros recebimentos/pagamentos		47.909,46	
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-2.873,87	-5.648,24
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		23.706,83	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		78,28	
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			62.932,32
Juros e rendimentos similares		33,54	
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-23.751,57	62.932,32
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		7.065,18	
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			2.251,08
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		315,03	0,63
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		6.750,15	2.250,45
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-19.875,29	59.534,53
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		46.257,44	526,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		26.382,15	46.257,44

Reguengo, 28 de Março 2018

O Contabilista Certificado



O PRESIDENTE



Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social de Bem Estar de Reguengo é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS”.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base

nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua

vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As *“Propriedades de Investimento”* são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica *“Aumentos/reduções de justo valor”*, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica *“Propriedades de investimento em desenvolvimento”* até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Variação de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

3.2.4. Activos Intangíveis

Os “*Activos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade Industrial	
...	
Outros activos intangíveis	

O valor residual de um “*Activo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou

- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre

que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos

como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	361.627,68	-	-	-	361.627,68
Edifícios e outras construções	131.414,48	-	-	-	-	131.414,48
Equipamento básico	5.410,21	-	-	-	-	5.410,21
Equipamento de transporte	20.737,09	-	-	-	-	20.737,09
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.335,76	-	-	-	-	5.335,76
Outros activos fixos tangíveis	134,43	-	-	-	-	134,43
Total	163.031,97	361.627,68	-	-	-	524.659,65
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	15.769,74	2.628,29	-	-	-	18.398,03
Equipamento básico	5.150,98	179,40	-	-	-	5.330,38
Equipamento de transporte	16.547,42	1.047,42	-	-	-	17.594,84
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.398,26	-	-	-	-	5.398,26
Outros activos fixos tangíveis	134,43	-	-	-	-	134,43
Total	43.000,83	3.855,11	-	-	-	46.855,94

	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2016
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	361.627,68	-	-	-	-	361.627,68
Edifícios e outras construções	131.414,48	-	-	-	-	131.414,48
Equipamento básico	5.410,21	1.470,26	-	-	-	6.880,47
Equipamento de transporte	20.737,09	40.973,66	(18.737,09)	-	-	42.973,66
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.335,76	-	-	-	-	5.335,76
Outros activos fixos tangíveis	134,43	-	-	-	-	134,43
Total	524.659,65	42.443,92	(18.737,09)	-	-	548.366,48
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	18.398,03	2.628,29	-	-	-	21.026,32
Equipamento básico	5.330,38	179,85	-	-	-	5.510,23
Equipamento de transporte	17.594,84	4.780,26	(16.794,84)	-	-	5.580,26
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.398,26	-	-	-	-	5.398,26
Outros activos fixos tangíveis	134,43	-	-	-	-	134,43
Total	46.855,94	-	(16.794,84)	-	-	37.649,50

	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2017
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” o movimentos ocorridos, nos períodos de 2016 e 2016, foram os seguinte:

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2016
Ativos Fixos Tang. Em Curso	4.305,00	-	-	-	-	4.305,00
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	4.305,00	-	-	-	-	4.305,00

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2017
Ativos Fixos Tang. Em Curso	4.305,00	-	-	-	-	4.305,00
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	4.305,00	-	-	-	-	4.305,00

6. Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2016
Perdas por Imparidade Acumuladas				
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2017
Perdas por Imparidade Acumuladas				
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	7.065,18	7.065,18	-	-	-
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	-	7.065,18	7.065,18	-	-	-

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Redassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	37.128,12	-	-	4.142,62	-	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	37.128,12	-	-	4.142,62	-	-

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	37.128,12		4.142,62
Variações nos inventários da produção	-		-

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 0,00€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€;
- Matérias de Consumo: 0,00€.

10. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	92.179,45	67.609,85
Mensalidades dos utentes	90.559,95	64.760,35
Quotas e Jóias	1.547,00	2.837,00
Deslocações do Utentes	2,50	12,50
Consultas	70,00	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	92.179,45	67.609,85

11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Impostos	-	-	-	-
Garantias a clientes	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	-	-	-	-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-
Matérias ambientais	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Provisões específicas do sector	-	-	-	-
---------------------------------	---	---	---	---

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	69.661,65	68.025,83
ISS, IP Centros distritais	64.215,98	62.932,32
IEFP	4.443,40	4.514,53
IGFSS	-	216,86
Uião Freguesias Reguengo e S. Julião	1.002,27	362,12
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	69.661,65	68.025,83

13. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	70.572,42	59.674,69
Encargos sobre as Remunerações	13.616,28	11.814,37
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	417,10	770,74
Medicina no Trabalho	162,05	-
Fardamento do Pessoal	706,59	-
Jantar de Natal do Pessoal	165,00	-
Formação	208,64	-
Outros gastos c/ o pessoal	-	20,00

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Depósitos a Prazo	-	36.000,00
Depósito Bancário a Prazo	-	36.000,00
...	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	78,28	-
FCT - Fundos Compensação do trabalho	78,28	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	78,28	36.000,00

15.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes <i>factoring</i>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

Nos períodos de 2016 e 2017 foram registadas as seguintes “*Perdas por Imparidade*”:

Descrição	2017	2016
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

15.3. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Quotas a Receber	837,00	8.576,50
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	837,00	8.576,50

15.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros a Reconhecer	632,72	-
Contrato Sage	7,30	-
...	-	-
Total	640,02	
Rendimentos a reconhecer		
Quotas 2018	70,00	-
...	-	-
...	-	-
Total	70,00	

15.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.519,01	415,06
Depósitos à ordem	24.863,14	9.842,38
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	26.382,15	10.257,44

15.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	5.000,00	-	-	5.000,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	69.578,60	13.228,99	-	82.807,59
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	436.886,77	-	(2.628,29)	434.258,48
Total	511.465,37	13.228,99	(2.628,29)	522.066,07

15.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	2.275,25	0,01
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	2.275,25	0,01

15.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	213,94
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	213,94
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	152,57	183,72
Segurança Social	1.512,11	1.264,08
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	1.664,68	1.447,80

15.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	4.502,24	-	2.551,42
Remunerações a pagar	-	4.502,24	-	2.551,42
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Previsão de Férias e Encargos	-	14.228,38	-	8.463,00
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	-
Outros credores	-	-	-	-
	-	-	-	-
Total	-	18.730,62	-	11.014,42

15.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	-	-
Donativo Monetários	717,00	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
Outros	-	-
Total	717,00	-

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	47.527,27	-
Serviços especializados	3.167,61	4.522,73
Materiais	2.199,75	2.700,13
Energia e fluidos	11.436,99	8.506,73
Deslocações, estadas e transportes	155,00	-
Serviços diversos (*)	4.876,66	3.312,09
Rendas e Alugueres	-	15,00
Comunicação	1.001,50	1.094,41
Seguros	1.137,16	594,21
Contencioso e Notariado	368,97	155,65
Despesas de Representação	-	165,00
Limpeza, Higiene e Conforto	1.704,25	1.273,82
Outros serviços(#)	664,78	14,00
- Contrato Sage	93,26	-
- Material 1º Socorros	16,29	-
- Comissões Bancárias	27,41	-
- Despesas de Contrato	270,00	-
- Flores	101,64	-
- Juros de Mora	35,09	-
- Coimas	9,17	-
- Segurança e Higiene no Trabalho	111,92	-
Total	69.363,28	19.041,68

15.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	10,90
Ganhos em inventários	-	7,45
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Mais-Valia alienação viatura 39-GA-62	57,75	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	242,26
Correções relativas a períodos anteriores	-	583,51
Imputação subsídios ao investimento	2.628,29	2.628,29
Donativos	-	2.251,08
Devolução FSE	-	249,10
Restituição 50% IVA	2.680,28	-
Eventos	2.844,55	4.051,65
Total	8.210,87	10.024,24

15.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Imposto de selo	8,40	0,78
Taxas	-	31,35
Donativos	-	57,00
Quotizações	85,00	65,00
Insuficiência de estimativa	-	8,68
Correções de períodos anteriores	5.750,87	-
Excesso de previsão quotizações	6.613,20	-
...	-	-
Total	12.457,47	162,81

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	315,03	0,63
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	315,03	0,63
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	33,54	37,22
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	33,54	37,22
Resultados financeiros	(281,49)	36,59

15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Geral em 31 de Março de 2018.

Reguengo, 28 de Março de 2018

